

A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA A PARTIR DO ESPAÇO PÚBLICO NACIONAL: A PRODUÇÃO ESPAÇO CORDIAL E SUAS RUPTURAS.

Cláudio Rezende Ribeiro

RESUMO

Em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda realiza um esforço interpretativo da formação social brasileira que culmina na construção do conceito-síntese do *homem cordial*. Muito distante de qualquer atribuição moral de “bondade” à sociedade brasileira, esse conceito revela a incapacidade histórica desta em lidar com o isolamento, com o conflito, com a impessoalidade. A construção nacional do Brasil reflete essas características ao negar rupturas e produzir uma conciliação dos tempos do passado e do presente rumo a um futuro certo: sua modernização via industrialização. Este estudo demonstra, a partir de uma investigação sobre o espaço do patrimônio histórico brasileiro, apoiado nas teses da história de Benjamin, como essa opção resultou (e ainda resulta) em barbárie ao apagar conflitos sociais, suas vitórias e suas derrotas em nome de uma memória dos vitoriosos travestida de progresso natural. Analisando a produção de espaços simbólicos da cidade de Ouro Preto, este estudo constrói uma crítica à narrativa nacional brasileira resgatando a tarefa de *escovar a história a contrapelo* proposta por Walter Benjamin no intuito de renovar questões sobre o significado do conceito de nação.

Palavras-chave: homem cordial, nação, patrimônio histórico, Ouro Preto.

ABSTRACT

Sérgio Buarque de Holanda builds an interpretative essay of Brazilian nation's production in *Raízes do Brasil* which synthesis can be hold in its concept of the “cordial man”. This concept is related in the following paper with the manner the national heritage deals with the social changes in time through an analysis of Ouro Preto's landscape. The objective of this paper is to show the transmission of social values through monuments in Brazil as an exercise of barbarism, as Walter Benjamin's names it, due to its capacity of underestimate the social conflicts in history in the name of both a consensual and authoritarian version of the Brazilian national memory transmission. It is considered that the “cordiality” helps to understand the way this social condition was forged in heritage sites; such analysis is named here as concept: the “cordial space”.

Keywords: cordial man, nation, historic heritage, Ouro Preto.

Introdução

A utilização do espaço urbano brasileiro tem sofrido alterações, sobretudo na última década, que seguem a mesma lógica em direções opostas. De um lado a ampliação da utilização das operações urbanas consorciadas, tradução espacial das parcerias público-privadas, tem reforçado a desigualdade e a injustiça social sobretudo devido ao aumento do preço do solo que tem alcançado taxas inéditas. Estas operações são realizadas de maneira a construir um espaço privado que tem aparência de espaço público, sendo o caso do Porto Maravilha no Rio de Janeiro um dos mais notáveis na medida em que entregou para a iniciativa privada grande parte do centro da cidade que, sem precisar de grades e muros concretos – símbolo da era dos condomínios fechados – tornou-se privado.

Na outra direção, a utilização do espaço público de maneira coletiva se torna mais aguda a partir do fenômeno que ficou conhecido como “as jornadas de junho”¹ de 2013. As ruas, cada vez mais naturalizadas como meros elementos urbanos de circulação de mercadorias, incluindo a força de trabalho, tornam-se cada vez mais tomadas e reapropriadas para o uso político, público, de reivindicação de direitos.

Em comum com estes dois fenômenos encontra-se um fator histórico importante para o entendimento crítico da formação brasileira: a indefinição constante de seu espaço público como estratégia de privatização do mesmo, ou a disputa permanente pela manutenção de lugares não tutelados pelo mercado. A história da urbanização brasileira é a história das diferentes formas construídas para o aumento da privatização dos espaços da cidade. Compreender este fato é passo importante para compreender a necessidade de reverter este processo.

Este artigo traz contribuições para a inserção do espaço como elemento de análise social que auxilia o entendimento da reprodução de injustiça ao longo da história da urbanização brasileira. Compreender a maneira como a ideia de espaço público se forjou parece ser ponto chave para entender as estratégias de avanço e resistência à sua privatização. Um dos aspectos que merece atenção é o tratamento dado à memória no espaço público brasileiro como um elemento constituidor de conjuntura social adequada à sua apropriação mercadológica. Ao mesmo tempo, compreender a maneira como este espaço se constitui reforça a necessidade de políticas e ações coletivas destinadas à ruptura desta memória que,

¹ Este artigo não debaterá qual o caráter prevalecente das manifestações de junho, mas reconhece aquele fenômeno como uma ruptura qualitativa e quantitativa das atividades reivindicatórias nos centros urbanos do país.

como será demonstrado, reforça o caráter conciliador entre capital e trabalho: o espaço cordial.

1. Do homem cordial ao seu espaço

A definição de espaço cordial acompanha interpretações sociológicas contemporâneas do conceito clássico de Sérgio Buarque de Holanda que permitem sua extrapolação para campos que vão além, por exemplo, da construção de um mito de nacionalidade. A cordialidade torna-se, portanto, um elemento teórico que auxilia o entendimento da maneira como se deu a construção do espaço capitalista periférico brasileiro e sua tradição conciliatória:

[...] a cordialidade ganharia sua fórmula mais conhecida quando Sérgio Buarque de Holanda, na década de 1930, emprestando a expressão ao poeta Ribeiro Couto, inventou o “homem cordial”. Num ensaio sobre “corpo e alma do Brasil”, publicado em 1935, e depois no seu livro *Raízes do Brasil*, de 1936, o futuro historiador procurava compreender, através do “homem cordial”, *a importância das relações pessoais na conformação do espaço público no Brasil*. (Monteiro, 2005, p. 118-119, grifo do autor)

Essa leitura de Monteiro nem sempre foi, como ainda não é, ponto pacífico no contexto da sociologia brasileira. Portanto, para garantir uma delimitação precisa desse conceito repleto de controvérsias interpretativas, é importante ressaltar como ele foi apresentado por Sergio Buarque em suas *Raízes do Brasil*:

Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o “homem cordial”. A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões do convívio, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar “boas maneiras”, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo e extremamente rico e transbordante. (Holanda, 1999, p. 146-147)

Apesar de a definição parecer clara, é sabido que alguns autores tomaram, e ainda tomam, esse conceito de cordialidade como um traço de bondade do homem brasileiro²: o homem cordial seria apenas aquele que possui *lhaneza no trato*, mas não carregaria consigo sua incapacidade de lidar com a impessoalidade. Diante dessa interpretação, o próprio Sérgio

² Cf. o capítulo “As origens e os equívocos da cordialidade brasileira” do livro de Rocha (2004) para um debate detalhado a respeito dessa querela.

Buarque insere nota de esclarecimento no capítulo *O homem cordial* de seu livro supracitado, aproveitando para atribuir o termo a Ribeiro Couto, e esclarecendo que:

[...] Não pareceria necessário reiterar o que já está implícito no texto, isto é, que a palavra “cordial” há de ser tomada, neste caso, em seu sentido exato e estritamente etimológico [...], [portanto] se eliminam aqui, deliberadamente, os juízos éticos e as intenções apologéticas [...]. Cumpre ainda acrescentar que essa cordialidade, estranha, por um lado, a todo formalismo e convencionalismo social, não abrange, por outro, apenas e obrigatoriamente, sentimentos positivos e de concórdia. (Ibid., p. 204-205; p. 146, nota 6)

As palavras do próprio autor, melhor que quaisquer outras, esclarecem o sentido atribuído à cordialidade aqui adotada. O termo, apesar de preciso, carrega complexidade, mas não é profluo insistir na querela que acaba por construir o mito de um “povo brasileiro” dotado de uma bondade órfã de justificativas. Necessário avançar para a forma de utilização desse conceito segundo reflexão feita por João Cezar de Castro Rocha (2004, p. 78), que muito contribuirá para a continuidade do tema:

Em primeiro lugar, o próprio Sérgio Buarque sugeriu a possibilidade de ampliar o universo do homem cordial [...]. O conceito de homem cordial não pode definir uma hipotética brasilidade, uma vez que também revela mecanismos presentes em outras sociedades.

[...] Assim, o homem cordial dribla a ineficiência objetiva das instituições públicas, dado o predomínio da esfera privada, mediante um sistema paralelo à ordem institucional, com base em contatos pessoais.

Há aqui uma proposta de ampliação do uso do conceito para além de uma definição exclusiva da formação social brasileira³. Essa perspectiva traz a possibilidade de considerar a cordialidade como conceito sociológico amplo capaz de descrever diferentes fenômenos inclusive relacionados a esferas da vida social não necessariamente ligadas à nacionalidade. Ao mesmo tempo, a cordialidade pode servir, como será visto adiante, como elemento facilitador do entendimento de como se reforça a construção do mito de nação dotada de espaço social moderno, urbano e capitalista.

A ideia de que a sociedade cordial é incapaz de lidar com a impessoalidade somado ao “pavor que [...] sente em viver consigo” (Holanda, 1999, p. 147) traz contribuições para a maneira que de construção de seus espaços e de sua memória: o entendimento desse pavor de viver consigo mesmo deve ser capaz de auxiliar a percepção de como opera sua capacidade de lidar com este outro que é o seu próprio passado, sua memória; eis fator decisivo para

³ Ao contrário do que muitos imaginam, os traços de cordialidade não são sentidos apenas no Brasil. Mostra-se comum em diversas sociedades latino-americanas, como, por exemplo, na sociedade argentina, mas não será tratada essa multiplicidade territorial da cordialidade. Sugiro a leitura de Rocha (2005b).

compreender a construção social de nosso patrimônio histórico que legitimou nossa formação nacional conciliatória.

Dito isto, passa-se para a compreensão mais aprofundada da construção da nacionalidade sob a influência da cordialidade, entendimento necessário para adentrar, posteriormente, as peculiaridades da relação com a memória pelo viés do patrimônio histórico, que se mostra como um reflexo, e como refletor, dessa formação social.

2. Reflexões a respeito do conceito de nação

A palavra nação costuma carregar consigo, segundo um senso comum, uma série de elementos que a representam como língua, território, bandeira, hino, algumas manifestações sociais e uma dada identidade de um povo. Outra característica importante da ideia de nação é que esta carrega uma unidade, uma espécie de elo que às vezes é tido como um destino comum ou reconhecimento entre os seus representados, como uma naturalidade social. Não é necessário, no entanto, aprofundar-se muito no tema para perceber que tal naturalidade esconde diversos conflitos na construção social desse conceito, ou melhor, que reside na construção nacional a tendência à eliminação de conflitos, sobretudo os conflitos de classe. Resta saber como opera e constrói tais conformações ideológicas em determinada configuração social.

A organização em nações, ou Estados Nacionais, é parte da história recente da humanidade que ganha vulto na Europa em finais do século XVIII e ocorre de maneira ampla na América ao final do século XIX ou mesmo início do século XX, assim como na África já na segunda metade do século passado. O conceito de nação é, como se viu, bastante flexível e acarreta conflitos de diversas origens e finalidades. Segundo Lefebvre (1988, p. 132-133, tradução do autor):

Pouco a pouco, ao longo do século [XIX] a nação se torna um simples *slogan* utilizado de forma tão fácil pelas causas as mais diversas que este sentimento se revela plástico e contudo ainda dinâmico apesar das decepções e confusões das relações e das utilizações contraditórias.⁴

⁴ “Peu à peu au cours du siècle la nation devient un simple *slogan* d’autant plus facilement utilisé par les causes les plus différentes que ce sentiment se révèle plastique et cependant toujours vivace malgré les déceptions et l’enchevêtrement des rapports et des utilisations contradictoires.” Nesta obra *Le nationalisme contre les nations*, publicada pela primeira vez em 1937, o autor constrói dialeticamente a relação entre o conceito de nação e seu rebatimento social mais perceptível àquela época, o nacionalismo.

A construção social do conceito de nação não escapa, pois, à dinâmica relacional intrínseca a outros conceitos e práticas como liberdade, consumo, mercadoria, espaço, cidade, cidadania ou urbano. Em cada canto do globo, em diferentes momentos de sua história, a nação fora utilizada por diversos setores específicos de cada sociedade para diferentes fins, como nos lembra também Lefebvre:

Na França, durante este período [século XIX], fala-se sempre de “liberdade” política formal tanto como privilégio dos franceses como “missão” da França. Na Itália, onde a burguesia está dispersa e desesperada, o enunciado se faz ainda mais sublime. Na Espanha, a ideia nacional se reduz ao ódio reacionário ao estrangeiro. Na Alemanha, é o Estado – a ideia prussiana da potência política e militar – que aproveita da impotência da burguesia democrática. (Ibid., p. 135, tradução do autor)⁵

Esse panorama traçado pelo autor nas vésperas da Segunda Guerra Mundial corrobora o que fora dito *supra* a respeito da flexibilidade do conceito de nação. Sua utilização vasta e duradoura, porém, trouxe consigo, além de uma certa naturalização de sua existência no decorrer do século passado, uma apropriação social do termo como se o mesmo estivesse acima de tudo e de todos e, por fim, fosse também eterno.

Essa fetichização da nação, que encontra sua concretude maior nos movimentos nacionalistas tanto de outrora quanto contemporâneos, e cada vez mais cresce diante da crise do capitalismo contemporâneo, por exemplo, trazendo de volta à centralidade do debate político a palavra “pátria” pelo próprio governo federal que, diante de uma política de educação que privilegia o privado em detrimento do público, adota o mote “pátria educadora” como palavra de ordem. Como se observará mais adiante, ao ser forjado no Brasil uma nação republicana e burguesa, uma aversão a qualquer confronto, revelado pelo conceito de cordialidade, refletirá de forma efetiva no espaço e, no caso do espaço simbólico nacional, o espaço tombado, de maneira ainda mais evidente.

O entendimento desse complexo emaranhado ideológico e prático e, principalmente, sua forma de atuação, é peça principal para a compreensão de como ocorre a produção do espaço brasileiro de forma mais ampla. Como caso referência vai-se tomar a cidade de Ouro Preto,⁶ por ser onde a abrangência do caráter simbólico nacional se deu, de forma prática, com

⁵ En France, pendant cette période, on parle toujours de “liberté” politique mais formelle, et comme privilège des Français et “mission” de la France. En Italie, où la bourgeoisie est dispersée et désespérée, la phrase se fait d’autant plus sublime. En Espagne, l’idée nationalitaire se réduit à la haine réactionnaire de l’étranger. En Allemagne, c’est l’Etat – l’idée prussienne de la puissance politique et militaire – qui profite de l’impuissance de la bourgeoisie démocratique.

⁶ Ouro Preto, antiga Vila Rica, foi a principal cidade brasileira colonial ligada ao ciclo de extração do ouro no século XVIII. Tornou-se referência para o patrimônio histórico brasileiro, sendo considerada a primeira

uma abrangência espacial quase total, fazendo seu estudo adquirir uma densidade que transforma essa cidade num espaço-tipo do que a nação brasileira simbolicamente é. É a partir do esclarecimento do que foi considerado patrimônio, limitado, nesse caso, ao patrimônio edificado, que se pode entender qual espaço era valorizado pela ideia de nação brasileira e como sua relação com a memória prepara terreno para a manutenção da conciliação como forma de ação da classe hegemônica. De maneira benjaminiana, a maneira como a nação construiu seus espaços símbolo denota a transmissão de barbárie na produção destes bens culturais por meio da tutela estatal nacional.

3. A nação do IPHAN⁷: a transmissão cordial da barbárie

A atuação do Iphan já fora abordada em diversas obras e através dos mais variados enfoques. Tal fato lança a necessidade de delimitar, pelo menos, que não será realizada aqui nenhuma revisão historiográfica de sua trajetória. O atual Iphan não possui uma trajetória linear e muito menos desprovida de crises e rupturas em seu direcionamento político. Sua formação já possui elementos bastante contraditórios, como o fato de ter sido encabeçado por intelectuais pertencentes ao “movimento moderno”, que, mundo afora, não era afeito às tradições e à história da maneira como aqui se percebeu. Mas é exatamente essa aparente contradição que traz elementos, já em seu germe, de imersão em atitudes tipicamente cordiais, conciliatórias, que se refletirão em sua maneira de conceber a representação do espaço simbólico da nação brasileira e suas regras de conduta.

Dito de outra maneira, quando se incorpora a cordialidade como elemento descritivo de comportamento social, a contradição modernista de incorporar o passado e, inclusive, dar-lhe importância capital à sua prática se revela como continuidade de um comportamento baseado na pessoalidade, na lhanza presente na forma de construir ideias e ideologias. A contradição moderna se diminui perante a manutenção cordial, ou melhor, a conciliação se deu, inclusive, na construção do caráter moderno da nação brasileira.

cidade monumento do país, em 1933, tombada em 1938, e tornando-se, na década de 1980, o primeiro sítio brasileiro inserido na lista de Patrimônio Cultural da Humanidade da Unesco.

⁷ O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi criado em 1938 por um decreto do governo ditatorial de Getúlio Vargas, aliás, ainda em vigor. Já passou por diversas transformações durante sua longa trajetória, mas hoje é o principal responsável pela condução dos assuntos referentes ao patrimônio histórico em nível federal.

A estratégia eficaz do Iphan em construir simbolicamente a memória passa por ter preenchido uma das propriedades cordiais mais destacadas, que é a referente à aversão ao isolamento que resulta na necessidade de apoio através da proximidade. Seu sucesso em construir a memória nacional no momento da industrialização getulista reside exatamente na capacidade de construir a paisagem de futuro que não destruía o passado conservador.

Para ilustrar tal afirmação, resgata-se um texto de quem melhor simbolizou o Iphan: o arquiteto Lucio Costa. Este eterno consultor do órgão escreveu, em 1938, época da sua fundação, um texto que sintetiza o que se pretende aqui evidenciar. Em *Documentação Necessária*, Lucio Costa quer ressaltar a importância de se estudar o casario civil das cidades para que não apenas se compreenda melhor a produção do espaço arquitetônico de determinada época, como também se aprimore a arquitetura contemporânea, que, segundo o autor, possuía formação cada vez mais fraca em suas escolas, despojada de senso regional, resultando em cópias gratuitas de residências estrangeiras mostradas cada vez mais no recém-nascido cinema.

Destaca-se a importância e ineditismo do tema principal do texto, que só seria formalmente concretizado mundo afora décadas depois com a publicação da Carta de Veneza pela Unesco, referente à proteção de sítios urbanos. Interessa também a maneira como o arquiteto aborda as diferentes mudanças construtivas segundo as condições materiais de diferentes épocas, enriquecendo a compreensão histórica do espaço; mas o destaque dessa análise reside na postura cordial de Lucio Costa perante esta última questão.

Esse texto revela a maneira como esse arquiteto produziu politicamente, através da paisagem, uma ligação direta, suave e cordial entre a arquitetura colonial brasileira e a arquitetura moderna, da qual se tornara declaradamente defensor e difusor. Note-se que, à época, conseguir colar as duas formas de produção espacial, isto é, a pré e a pós-república, não constituía apenas um mero esforço intelectual no sentido de preservação do passado, muito pelo contrário, significava a legitimação de uma “ideologia arquitetônica” que garantiria, oficialmente, a produção futura do espaço segundo os cânones defendidos por esse arquiteto e sua escola, o que aliás ocorreu, como é sabido.

Em *Documentação Necessária* reside uma chave de compreensão dessa transição suave entre as duas formas de produzir espaço e transmitir a barbárie, que é conceitualmente balizada através da aproximação de técnicas construtivas que lastreariam a desejada similitude. Observe-se que em dada parte do referido texto, Lucio Costa afirma que “o engenhoso processo de que são feitas [as residências coloniais] – barro armado com madeira – tem qualquer coisa do nosso concreto-armado” (Costa, 1997b, p. 459). O fato de chamar o

método de construção conhecido como pau-a-pique de barro armado, por si só, já ilustra a intenção de criar uma relação entre as duas conflitantes formas de produzir o espaço que, além de se pautarem na ruptura de sistema político, a república, juntamente a isso se pautavam na ruptura técnica, a saber, a industrialização da construção civil. Há inúmeras diferenças presentes entre o modo de construir em pau-a-pique (ou barro armado) e em concreto armado, mas Lucio Costa prefere destacar, ou melhor, criar uma semelhança entre as duas técnicas de produção espacial. Ao invés de ruptura e transformação, há conciliação e manutenção: nada mais cordial.

A alteração das técnicas de construção indicam a alteração das condições sociais de trabalho que, por sua vez, estão profundamente imbricadas com alterações econômicas e políticas:

A mesma importância que as relíquias de ossos têm para o conhecimento da organização das espécies de animais extintas têm também as relíquias de meios de trabalho para a compreensão de formações socioeconômicas extintas. O que diferencia as épocas econômicas não é “o que” é produzido, mas “como”, “com que meios de trabalho”. Estes não apenas fornecem uma medida do grau de desenvolvimento da força de trabalho, mas também indicam as condições sociais nas quais se trabalha.” (MARX, 2013, p.257)

A conciliação de opostos que será refletida na construção da paisagem histórica da nação é reforçada através de um discurso que nega a ruptura sociopolítica que acompanha a mudança técnica da produção da paisagem concreta. Em outro excerto do mesmo texto retorna a argumentação, tanto mais sutil quanto mais profunda, sobre esse tema que revela consigo consequências definidoras da forma o IPHAN construiu sua nação cordial:

Resultariam, de um exame assim menos apressado [dos vários sistemas e processos de construção], observações curiosas, por isto que em desacordo com certos preconceitos correntes e em apoio das experiências da moderna arquitetura, mostrando, mesmo, *como ela também se enquadra dentro da evolução que se estava normalmente processando.* (Costa, 1997b, p. 459, grifo meu)

Ora, além da proximidade e pessoalidade, o que se constrói nessa linha de pensamento é uma transição natural, ou normal, da história. Essa forma de concepção de mundo surte maior interesse quando se leva em conta que, ao longo do texto, ao defender o estudo da arquitetura civil colonial, Lucio Costa abordou a produção espacial segundo as condições técnicas e políticas de cada época, porém, apenas ao transpor para o presente, naturaliza essa alteração conforme fica claro no esquema “evolucionista” representado pela Figura 1. A modernidade urbanística aliada ao desenvolvimento nacional foram, assim, apresentados

como a solução natural da trajetória nacional que se delineava. O rompimento do futuro desaparecia diante da continuidade do passado. A industrialização era um destino aguardado, preparado, e, ao mesmo tempo, consolidado pelo discurso escrito e construído pelos arquitetos do Instituto.

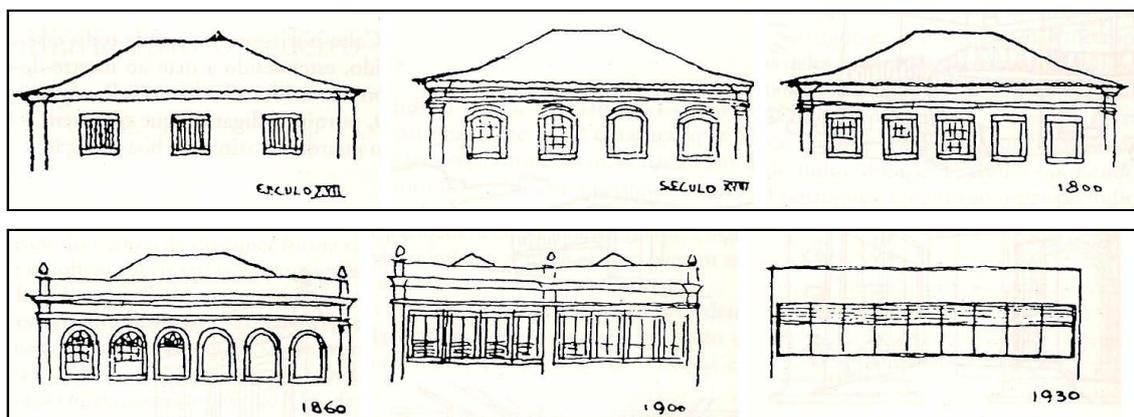


Figura 1: Desenhos de Lucio Costa em *Documentação Necessária* construindo a desejada transição “natural”, ou cadeia evolutiva, entre as formas de produzir espaço em diferentes épocas (Costa, 1997b, p. 461).

A cordialidade não constitui relação baseada no bom trato, mas na personalidade. Quando Lucio Costa aproxima as duas diferentes arquiteturas, a colonial e a moderna, se por um lado ele evita destacar o rompimento claro presente na técnica, na estética, etc, por outro, ele cria um laço que permite tanto o apego quanto o desprezo, um chamado ao gosto pessoal. Ao arquiteto não interessava, primordialmente, convencer o leitor de que a arquitetura moderna é boa, bela; questão secundária perante a necessidade de mostrar ser a arquitetura moderna natural, próxima, esperada. Aceito esse argumento, passa-se então ao debate de como será a concretização daquela paisagem, questão de forma, porém, não se questionará mais sua legitimidade enquanto continuidade natural de uma formação nacional. A batalha sobre o conteúdo está ganha. O progresso desenvolvimentista da nova nação é a forma natural de amadurecimento da antiga colônia. O homem cordial não suporta a convivência consigo mesmo, e esse isolamento não deve ser pensado aqui apenas em questão de individualidade, espaço ou nacionalidade, mas também no que diz respeito ao tempo: o homem cordial do presente possui uma relação próxima, pessoal e sem rupturas também com seu passado em nome da manutenção de seu futuro tranquilo, normal.

O caráter de naturalidade que se dá à continuidade de estilos arquitetônicos traz inevitavelmente consigo um caráter de naturalidade histórica típica do positivismo que

compartilha com outros modos de pensar a crença cega na esteira do progresso técnico-social – alma do modernismo – como redentor da história. Em um texto anterior, datado de 1934, intitulado *Razões da nova arquitetura*, Lucio Costa, ao defender a arquitetura moderna como representante de seu tempo, reforça esta ideia de continuidade histórica através da técnica:

Assim, a crise da arquitetura contemporânea, como a que se observa em outros terrenos, é o efeito de uma causa comum: o advento da máquina. É pois natural que, resultando de premissas tão diversas, ela seja diferente, quanto ao sentido e à forma, de todas aquelas que precederam, *o que não a impede de se guiar – naquilo que elas têm de permanente – pelos mesmos princípios e pelas mesmas leis. As classificações apressadas e estanques que pretendem ver nessa metamorfose, naturalmente difícil, irremediável conflito entre passado e futuro, são destituídas de qualquer significado real.* (Costa, 1997a, p. 110, grifo meu)

Ora, a transformação técnico-social, ou o “advento da máquina”, é a base do surgimento do movimento moderno em arquitetura. Os textos fundadores de Le Corbusier não deixam dúvidas sobre isso. Esse progresso significava, para o arquiteto franco-suíço, um rompimento total com os espaços anteriores, clamando por uma arquitetura e um urbanismo novo que correspondessem aos modos burgueses de vida que se consolidavam no cenário social, mas ainda habitavam os restolhos de outrora: “os homens vivem em velhas casas e ainda não pensaram em construir casas para si. [...] As casas não mudaram. A religião das casas permanece idêntica há séculos. A casa desabará.” (Le Corbusier, 1998, p. 5)

Portanto, o rompimento com as formas do passado era ponto passivo na teoria corbusiana e se justificava, dentre outras coisas, em uma crença incondicional no *progresso* técnico-social que a era das máquinas proporcionaria à civilização. O conservadorismo burguês dos países centrais se apresentava como ruptura, aqui houve, desde o início, a conciliação das classes dominantes que resolve sua contradição também produzindo um discurso histórico sobre a paisagem na forma de criar uma conciliação entre tempos e objetos. Lucio Costa, portanto, ao construir seu pensamento e sua práxis em meio a uma mudança de seu viés neocolonial de início de carreira para uma adoção dos padrões corbusianos como profissão de fé, consegue conciliar o passado e o presente a partir de uma abordagem das técnicas construtivas que as despem de um peso social e político. Mantém a forma e a pujança “corbusianas”, mas sob diferente discurso, diferente conteúdo, que tornam as técnicas construtivas um mínimo denominador comum entre as diferentes eras, eis a correia de transmissão de seu pensamento cordial.

4. O contrapelo da nação cordial: uma crítica benjaminiana

Houve no Brasil, portanto, uma quase mágica, diria ideológica, conciliação entre o “progresso” (ou ruptura) técnico-social e a preservação de espaços “retrógrados”. Para compreender o desdobramento desse positivismo apoiado na cordialidade do discurso, é necessário voltar a análise do significado dessa transição doce em relação a um entendimento crítico da história e de sua relação com a questão social do patrimônio.

Essa percepção de continuidade da história que concilia os conflitos acaba por evidenciar o viés político impregnado na produção do espaço, incluída aí a sua preservação. Segundo Lefebvre (2000), o espaço social pode ser apreendido segundo uma tríade dialética entre o percebido (as práticas sociais), o concebido (as representações do espaço) e o vivido (os espaços de representação). A opção histórica realizada pelo Iphan interfere diretamente na concepção do espaço social obviamente causando reflexos diretos nas outras categorias que se entrecruzam necessariamente.

A transição natural, sem rompimentos, de um espaço, o da memória, para o outro, o do futuro, por meio da técnica apoiada na estética direciona uma leitura das práticas sociais voltadas para um progresso inevitável que justifica um passado. É para dar razão à nova arquitetura que é realizada a documentação necessária dos espaços da velha arquitetura. Isso denota uma forma peculiar de apropriação histórica.

É importante discutir uma faceta dessa apreensão do passado que resulta em uma omissão advinda do culto ao progresso, como nos apresenta Walter Benjamin em seu texto, de 1940, *Sobre o conceito de história*. Sem temer a exaustão, reproduz-se, na íntegra, sua segunda tese:

“Pertence às mais notáveis particularidades do espírito humano, [...] ao lado de tanto egoísmo no indivíduo, a ausência geral de inveja de cada presente em face do seu futuro”, diz Lotze. Essa reflexão leva a reconhecer que a imagem da felicidade que cultivamos está inteiramente tingida pelo tempo a que, uma vez por todas, nos remeteu o decurso de nossa existência. Felicidade que poderia despertar inveja em nós existe tão somente no ar que respiramos, com os homens com quem teríamos podido conversar, com as mulheres que poderiam ter-se dado a nós. Em outras palavras, na representação da felicidade vibra conjuntamente, inalienável, a [representação] da redenção. Com a representação do passado, que a História toma por sua causa, passa-se o mesmo. O passado leva consigo um índice secreto pelo qual ele é remetido à redenção. Não nos afaga, pois, levemente um sopro de ar que envolveu os que nos precederam? Não ressoa nas vozes a que damos ouvido um eco das que estão, agora, caladas? E as mulheres que cortejamos não têm mais irmãs que jamais conheceram? Se assim é, um encontro secreto está então marcado entre as gerações passadas e a nossa. Então fomos esperados sobre a terra. Então nos foi dada, assim como a cada geração que nos procedeu uma fraca força messiânica, à qual o passado tem pretensão. Essa pretensão não pode ser descartada sem custo. O materialista histórico sabe disso. (Benjamin, apud Lowy, 2005, p. 48)

Aproveitando de toda delicadeza do texto de Benjamin⁸, pode ser afirmado que há na concepção histórica iphaniana uma omissão para com as gerações passadas. O encontro secreto entre o passado e o presente é posto de lado ao se encarar a história com os olhos unicamente voltados para o futuro. Lucio Costa observa a construção do passado para projetar o futuro optando por não reparar as injustiças já que uma concepção como esta, além de não garantir um futuro previsível – chamado de progresso e traduzido como modernismo –, acabaria por exigir a administração de conflitos (de classe), ou, antes disso, a incorporação e reconhecimento dos mesmos, que, como se sabe, é o oposto da cordialidade que oscila entre a docilidade e o autoritarismo. Lowy, ao comentar essa tese, chama a atenção para o fato de que “[Benjamin] rejeita explicitamente a doutrina progressista ‘clássica’ do combate para as gerações do futuro – mas daquelas do passado e do presente” (Lowy, 2005, p. 53). Essa construção evolutiva que nega as rupturas sociais apaga o encontro secreto entre as gerações do passado e do presente acarretando com isso o custo do silêncio opressivo de uma nação que se constrói em nome de um progresso redentor. A construção dessa nação carrega consigo a barbárie disfarçada de continuidade natural. Voltando a Benjamin:

[...] O anjo da história tem de parecer assim. Ele tem seu rosto voltado para o passado. Onde uma cadeia de eventos aparece diante de *nós*, *ele* enxerga uma única catástrofe, que sem cessar amontoa escombros sobre escombros a seus pés. Ele bem que gostaria de demorar-se, de despertar os mortos e juntar os destroços. Mas do paraíso sopra uma tempestade que se emaranhou em suas asas e é tão forte que o anjo não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, para o qual dá as costas, enquanto o amontoado de escombros diante dele cresce até o céu. O que nós chamamos de progresso é essa tempestade. (Benjamin, apud Lowy, 2005, p. 87)

A representação do espaço social da memória como ponte para um futuro lastreado pelo progresso sobrepõe o esquecimento dos erros do passado ao esquecimento de suas lutas e, inclusive, suas derrotas. O espaço cordial, admitindo a naturalização da técnica, faz que o progresso seduza o anjo benjaminiano, tapando-lhe os olhos e virando suas costas para o passado para indicar a direção a seguir rumo ao futuro, sendo obedecido prontamente em função da cordialidade que o oprime. Os espaços que narram essa memória, como se verá mais adiante, ainda que de forma breve no caso de Ouro Preto, camuflam os conflitos, as violências; construindo uma paisagem harmônica que silencia as rebeldias e é sempre ditada pela maestria dos vitoriosos.

⁸ A tradução das teses foi retirada de Lowy (2005): “Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses ‘Sobre o conceito de história’”.

As teses de Benjamin também alertam para outras consequências advindas da visão do passado explicitada por Lucio Costa e incorporada pelo Estado via Iphan. Em sua tese de número VII, o autor faz uma consideração precisa, mas não menos poética, a respeito das heranças culturais:

[...] Todo aquele que, até hoje, obteve a vitória, marcha junto no cortejo de triunfo que conduz os dominantes de hoje [a marcharem] por cima dos que, hoje, jazem por terra. A presa, como sempre de costume, é conduzida no cortejo triunfante. Chamam-na de bens culturais. Eles terão de contar, no materialismo histórico, com um observador distanciado, pois o que ele, com seu olhar, abarca como bens culturais atesta, sem exceção, uma proveniência que ele não pode considerar sem horror. Sua existência não se deve somente ao esforço dos grandes gênios, seus criadores, mas, também, à corveia sem nome de seus contemporâneos. Nunca há um documento da cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento da barbárie. E, assim como ele não está livre da barbárie, também não o está o processo de sua transmissão, transmissão na qual ele passou de um vencedor a outro. Por isso, o materialista histórico, na medida do possível, se afasta dessa transmissão. Ele considera como sua tarefa escovar a história a contrapelo. (Ibid., p. 70)

Essa passagem, famosa, de Benjamin clareia um ponto importante para a compreensão de como a formação nacional brasileira, apoiada em sua cordialidade, transmitiu a barbárie. A aproximação do passado e do presente realizada pelo Iphan em nome de um futuro aniquilou as diferentes vozes que compunham a tumultuada e conflituosa história da formação da nação. A ditadura Vargas representou a consolidação do capital no Brasil pelo viés industrial, garantindo a unidade do extenso território, e, para o sucesso de tal empreitada, não podia haver espaço para a emergência de conflitos sociais nem mesmo, ou principalmente, no que diz respeito à representação do espaço ligado à memória. Tomando a cidade de Ouro Preto como exemplo central, apenas recentes estudos historiográficos relatam, por exemplo, a revolta constante existente em Ouro Preto durante seu passado colonial, o que surge como algo inesperado diante das disseminadas “calmaria e beleza” que se tornaram o passado oficial daquela cidade: não se apagaram apenas os lugares de suplício, de lutas, de debates, mas se criou uma paisagem cordata, convergente que impede a presença de ruídos que remetam à ruptura. A barbárie de ontem foi apagada pela barbárie posterior. O encontro entre gerações foi desmarcado pela proximidade que uniu os tempos da nação brasileira e impediu o distanciamento capaz de compreender os conflitos, construindo uma ligação pessoal entre os vencedores e os vencidos, nem sempre amigável, mas inquestionável. Resta, como sugere Benjamin, que o “materialista histórico, na medida do possível, se [afaste] dessa transmissão”, considerando “como sua tarefa escovar a história a contrapelo”.

A barbárie intrínseca a essa cordialidade nacional realizará sua completude a partir da reprodução e manutenção dessa condição de silêncio social. O exemplo que segue, uma

conhecida intervenção iphaniana em Ouro Preto, revelará o mecanismo de atuação dessa conciliação entre o colonial e o moderno ao mesmo tempo que indicará a continuidade de atuação do órgão como sua consequência, isto é, o papel que este adquire como detentor único da narrativa histórica oficial: visitemos Ouro Preto.

5. O largo do Cine Vila Rica

Esse largo é um espaço fundamental para o entendimento da produção do espaço ouro-pretana por possuir elementos em que a atuação do IPHAN revela intensidade na direção de consagrar a imagem que o órgão desejava, ou seja, o legítimo símbolo de um patrimônio histórico brasileiro.

Foram realizadas, naquele local, algumas das intervenções de cunho estético mais significativas no sentido de uma uniformização paisagística que fosse capaz de harmonizar o ambiente urbano, de forma a lhe dar ares setecentistas, eliminando elementos arquitetônicos de construções do século XIX que estavam em desacordo com o imaginário simbólico que os modernistas desejavam consagrar como original (ver Figuras 2 e 3).



Figuras 2 e 3: A sequência de fotos mostra o antigo edifício eclético que foi “maquiado” de colonial por ação do IPHAN coordenada por Lucio Costa.

(Figura 2: extraída de Motta (1987, p. 111); Figura 3: acervo do autor).

Não é novidade para os estudiosos do urbanismo brasileiro esse tipo de intervenção, mas o que interessa neste momento é o mecanismo de ação que a produziu e garantiu sua manutenção, o que evidencia uma objetificação histórica do patrimônio. Essa transmissão ideológica é o que interessa ao presente estudo, pois somente através de sua compreensão e evidência será construída uma crítica diferenciada ao estatuto de legitimidade do patrimônio histórico brasileiro.

Além da sensação de falseamento paisagístico gerada por essas alterações, surge uma prática que garante ao Estado a exclusividade de realizá-las de forma legítima: eis a completude da barbárie. A alteração realizada não possui uma carga de importância para a produção do espaço apenas por seu viés estético, mas também pelo simples fato de ser uma alteração. A construção social da história oficial garantiu a hegemonia estatal na produção de uma versão única que, como é esperado em um país capitalista dependente, privilegiará a ideia de futuro mais adequada à reprodução do capital.

Primeiramente, seu caráter estético. Houve por parte do IPHAN atuação de construção imagética do que era desejado definir como um representante simbólico do legítimo legado colonial brasileiro: o século XVIII, o barroco, etc. Foram feitas, assim, as alterações necessárias para a manutenção da paisagem desejada afirmando um espaço colonial harmônico.

Tal intervenção vai impactar em dois momentos diferentes na cidade. Inicialmente ela surge como uma alteração para os que presenciaram a mudança, que não foi de modo algum delicada e suave como atesta a diferença existente entre o edifício do antigo Liceu de Artes e Ofícios e o atual Cine Vila Rica (Figuras 2 e 3).

Tal mudança na paisagem, posteriormente, dilui-se na percepção desse espaço, na medida em que várias gerações de ouro-pretanos e de visitantes já encontram tal espaço modificado sem deixar registros claros de sua alteração; portanto, salvo aos especialistas em leituras estilísticas, o local se mostra cronologicamente homogêneo, impedindo a incorporação das mudanças que houve ao longo do tempo naquela cidade. A única exceção: o Grande Hotel. Esta intervenção será percebida de forma proposital, levando a marca da arquitetura moderna: a construção do Grande Hotel em terreno vizinho ao largo, concretizando a teoria de Lucio Costa a respeito da continuidade legítima, harmoniosa e natural entre as duas realidades espaciais e possibilitando assim uma ponte concreta para o ideário de que também as mudanças sociais ocorrem de forma harmônica (ver Figura 4).



Figura 4: O Grande Hotel de Ouro Preto, edifício moderno projetado por Oscar Niemeyer localizado no entorno imediato do Cine Vila Rica. (acervo do autor).



Figura 5: Visada a partir do Cine com o destaque ao fundo para o edifício moderno do Hotel compondo a paisagem “harmônica”.

Em segundo lugar, essa alteração significou a afirmação da autoridade do transformar. Além de seu caráter estético, interfere nessa transmissão de poder simbólico a autoria da mudança que permanece no modo de produzir o espaço ouro-pretano, ou seja, o Estado detém a autoridade da condução das alterações e, portanto, da transformação. O gesto da mudança não é permitido ou mediado pelos cidadãos ouro-pretanos, o que leva ao questionamento da existência de, no mínimo, uma essência cidadã nesse espaço, posto que o patrimônio histórico não é construído aqui como forma de diálogo histórico promovedor de um entendimento das mudanças sociais, mas é tratado como forma de legitimar uma história contada pelo Estado, sempre a favor do capital, e de reforçar sua capacidade de (co)mando.

A partir dessa combinação de detenção exclusiva de um saber com o seu uso social pautado na negação dos conflitos, a instituição responsável pelo patrimônio histórico finca nesse espaço a memória de que o gesto de mudança é autorizado somente quando provém das mãos do Estado ou quando segue as normas estabelecidas por ele. Se um turista desprovido de conhecimento técnico observa esse largo como exemplo de uma paisagem homogênea, o morador ouro-pretano percebe aí a autoridade do Estado, que lhe impõe métodos e códigos de conduta que, ao serem seguidos, dão-lhe condição de entrada na legalidade; caso contrário, fica sobre o quase cidadão a ideia de que seu espaço é ilegal, contraventor, e que, portanto, está fora da esfera de direitos e deveres.

O espaço cordial, no entanto, traduz essa separação de legalidade e ilegalidade de forma nebulosa, posto que os gestos realizados pelo Estado não são condizentes com as próprias normas impostas aos moradores da cidade. A dualidade legal *versus* ilegal se mescla quando um mesmo tipo de alteração, isto é, um falseamento estético de um edifício antigo, é percebido como legítimo nesse largo (e em outras alterações semelhantes praticadas pelo IPHAN em outros locais da cidade) e ilegítimo em outros edifícios da cidade.

6. Conclusão: as rupturas necessárias do espaço cordial

A transmissão dos bens culturais no Brasil constitui mais uma peça da construção de uma nação desigual, privatizante, injusta. A naturalização do progresso como caminho a ser percorrido por todos é reforçada a todo momento pelo viés da paisagem: do Palácio do Catete ao do Planalto. O caminho estava dado, a modernização industrial era aguardada como uma fatalidade do capitalismo dependente.

Não será coincidência o destino dado às políticas de patrimônio histórico: passada a fase do estado forte, será entregue à lógica do neoliberalismo que transformará a história oficial em atividade rentável, o turismo. Na década de 90, com o enfraquecimento institucional do estado brasileiro, o IPHAN também será alvo de um experimento das políticas do Consenso de Washington. Será realizado no Brasil um programa piloto do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID, voltado para as questões relativas aos bens culturais. Diz o escopo do Programa Monumenta:

O Monumenta é um programa de recuperação sustentável do patrimônio histórico urbano brasileiro tombado pelo IPHAN e sob tutela federal. O Programa se propõe a atacar as causas da degradação do patrimônio histórico, localizado em geral em áreas com baixo nível de atividade econômica e de reduzida participação da sociedade, e a elevar a qualidade de vida das comunidades envolvidas.
(PROGRAMA MONUMENTA-BID)

Diante do diagnóstico que segue a conhecida receita de identificar a crise para propor uma solução privatizante, segue o relatório:

O Programa tem como objetivos preservar áreas prioritárias do patrimônio histórico e artístico urbano sob proteção federal, aumentar a conscientização da população brasileira acerca desse patrimônio, aperfeiçoar a gestão desse patrimônio,

estabelecer critérios para implementação de prioridades de conservação e aumentar a utilização econômica, cultural e social das Áreas de Projeto.[...]

A descoberta do patrimônio cultural como fonte de conhecimento e de rentabilidade financeira vem transformando essas áreas em pólos culturais, incentivando a economia por meio do incremento do turismo cultural e geração de empregos. O Programa conta com apoio dos estados e municípios, de forma que suas intervenções afetem, direta e indiretamente, a economia, a educação e a cultura local, e facilitem, assim, a inclusão cultural, social e econômica da população. (PROGRAMA MONUMENTA-BID)

Por fim, a surge o conceito de sustentabilidade que é aqui anunciado da maneira mais cristalina, diretamente associada à questão financeira:

Entende-se por sustentabilidade a geração permanente de receita suficiente para garantir o equilíbrio financeiro das atividades e manter conservados todos os imóveis da Área de Projeto (...), inclusive monumentos cujas receitas sejam insuficientes para sua conservação. Trata-se, via de regra, de áreas economicamente deprimidas, cuja sustentabilidade é tributária da intensificação do fluxo de frequentadores e turistas na Área de Projeto, bem como da intensificação do uso de seus imóveis. Para tanto, as intervenções devem focar a melhoria da acessibilidade e da atratividade da área.(...)

Dessa forma, os projetos devem incorporar a iniciativa privada desde a sua concepção, tanto na condição de potenciais operadores, como de parceiros em empreendimentos imobiliários e comerciais, com vistas ao esforço de revitalização das áreas de intervenção no âmbito do Programa. (PROGRAMA MONUMENTA-BID)

Não cabe a este artigo o aprofundamento do funcionamento do Programa Monumenta que atuou no Brasil por mais de uma década; o destaque dado a ele serve aqui como possibilidade de reflexão histórica tomada a partir da concretude presente. O caminho apontado pelo IPHAN era contraditório, obviamente, mas demonstra a solução aditada no presente que aquelas escolhas estavam intrinsecamente ligadas às decisões necessárias para a melhor reprodução do capital no país. No entanto, a resposta também surge na ruptura deste discurso:

A história da cidade percebida pelo homem contem, de maneira velada, a história do homem contada na cidade. Existe um fetiche (Marx, 2013) em relação à história, e

também à memória narrada pelo patrimônio, como se ela pertencesse à cidade, como se fosse a cidade o sujeito social dotado de vontade, de tempo, de transformação, e não os homens que a produzem. A cidade se reifica, torna-se sujeito, retirando as contradições que ocorrem entre os homens que produzem, muitas vezes, diferentes cidades. (SIMÃO e RIBEIRO, 2014)

Exatamente por conter a história humana, contraditória, a cidade revela a resistência necessária também pelo viés da batalha pela memória como justiça, inclusive no espaço. Finalizando em forma de abertura, é necessário realizar mais estudos sobre os embates simbólicos das ocupações urbanas e rurais dos movimentos sociais que, desde sua estética, sua localização e organização revelam a fissura existente. E os nomes escolhidos para tais ocupações; tome-se como exemplo algumas do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), “Vila Nova Palestina”, “João Candido”, “Zumbi dos Palmares”, preenchem de história e justiça essas fissuras, abrindo espaço para uma possível reconstrução de memória, desta vez sem cordialidade, mas com justiça social.

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: _____. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1996. p 165-196.
- CAVALCANTI, Lauro. *Moderno e brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60)*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006. 247 p.
- COSTA, Lucio. Leis das resultantes convergentes. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 93, 1994.
- COSTA, Lucio. Razões da nova arquitetura (1934). In: _____. *Registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1997a. p. 108-116.
- COSTA, Lucio. Documentação necessária (1938). In: _____. *Registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1997b. p. 457-462.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 8. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 220 p.
- LE CORBUSIER. *Por uma arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 1998. 205 p.
- LEFEBVRE, Henri. *Le nationalisme contre les nations*. 2. ed. Paris: Méridiens Klincksieck, 1988. 195 p.
- LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. 4. ed. Paris: Anthropos, 2000. 485 p.
- LOWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo, 2005. 159 p.

MARX, Karl. *O Capital, livro 1*. São Paulo: Boitempo, 2013. 895p

MONTEIRO, Pedro Meira. O homem cordial e o poder: um comentário a partir de *Entreatos*, de João Moreira Salles. In: ROCHA, João Cezar de Castro (Org.). *Cordialidade à brasileira: mito ou realidade?* Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p. 117-131.

MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 108-122, 1987.

PROGRAMA MONUMENTA-BID – www.programamonumenta.org.br

RIBEIRO, Cláudio Rezende. *Ouro Preto, ou a produção do espaço cordial*. Rio de Janeiro, 2009. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetailObraForm.do?select_action=&co_obra=158201>.

RIBEIRO, Cláudio Rezende. SIMÃO, Maria Cristina Rocha. Relações e contradições: direito à cidade e patrimônio urbano. *Anais do II Enanparq*. São Paulo, 2014.

ROCHA, João Cezar de Castro. *O exílio do homem cordial*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2004. 334 p.

ROCHA, João Cezar de Castro. O nada que é tudo. Ou: a cordialidade nossa de cada dia. In: ROCHA, João Cezar de Castro (Org.). *Cordialidade à brasileira: mito ou realidade?* Rio de Janeiro: Museu da República, 2005a. p. 7-16.

ROCHA, João Cezar de Castro (Org.). *Cordialidade à brasileira: mito ou realidade?* Rio de Janeiro: Museu da República, 2005b.